

9

ACTA  
da  
Reunião de negociação com o  
Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional

No dia 12 de Outubro de 2010, pelas 16h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente da Direcção, Tesoureiro, Coordenador de Acção Sindical da Zona Centro e Advogado do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP) e, em representação do Ministério da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes MJ e SEJMJ e, em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP) e respectiva Adjunta, a fim de se proceder a reunião:

- a) De negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, integrando os seus beneficiários na ADSE;
- b) De apresentação e discussão das normas do projecto de Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 em matéria remuneratória.

A reunião iniciou-se pelas 16h30, tendo o Senhor SEJMJ informado que o Senhor SEAP solicitou que a reunião prosseguisse por se encontrar em reunião do Conselho de Ministros. Quanto ao primeiro projecto, o Senhor SEJMJ acusou a recepção da nota do SNCGP e recordou que o projecto foi aprovado na generalidade para negociação com as entidades representativas dos funcionários. Quanto ao segundo, destacou a importância das medidas de controlo do défice para fazer face à redução da despesa em cerca de 4.500 milhões de euros até 31 de Dezembro de 2011, sendo porém necessário perceber se destas medidas decorrerá algum prejuízo específico para os guardas prisionais.

O SNCGP agradeceu a reunião e destacou o impacto negativo do despacho de congelamento até 31-12-2010 de progressões no Corpo da Guarda Prisional. Quanto ao diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, destacou a falta de médicos convencionados nas zonas fora de Lisboa e do Porto, alertou para o facto de 35% da população reclusa ter doenças infecto-contagiosas e apelou para a integração dos cônjuges por força do risco de contágio. Ainda relativamente ao projecto de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, o SNCGP destacou a diferença de acesso às unidades hospitalares entre os SSMJ e a ADSE, sobretudo porque passarão a ter de efectuar uma caução, através de um cheque-caução.

O Senhor SEJMJ apresentou outras disposições do projecto, destacando a substituição do subsídio parental pelo subsídio homólogo dos Serviços Sociais da Administração Pública. Sublinhou ainda que não haverá uma extinção de regimes mas sim um

2

VAlly

aproveitamento de sinergias da Administração Pública, dando como exemplo a passagem da creche para a gestão da Câmara Municipal de Lisboa.

A reunião prosseguiu pelas 16h55 já com a presença do Senhor SEAP, tendo o Senhor SEJMJ dado conta das matérias já abordadas. O Senhor SEAP esclareceu as questões apresentadas pelo SNCGP relacionadas com o Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças n.º 15248-A/2010, de 7 de Outubro, que estabelece medidas de contenção da despesa com pessoal da Administração Central do Estado, nomeadamente no que se refere à abertura ou prosseguimento de procedimentos concursais, bem como ao estabelecimento temporário de limites à determinação do posicionamento remuneratório, quando o mesmo se efectue por negociação. Esclareceu que devem cessar ou ser suspensos os procedimentos em curso excepto os que estão em fase de homologação de listas finais, suspendendo-se as despesas que resultantes da sua continuação. Confirmou tratar-se de um despacho gestor, consoante a regra da proposta de Lei do OE para 2011. Clarificou que ao suspender determinados concursos, e dependendo da fase em que se encontrem, não se perdem os actos já realizados, apenas se operando uma suspensão dos mesmos.

O SNCGP apresentou ainda questões relacionadas com os direitos que lhes assistem em matéria de progressões e promoções, situação que o SNCGP referiu verificar-se desde finais de 2009. Quanto aos suplementos remuneratórios, e na sequência do Decreto-Lei n.º 33/2001, de 8 de Fevereiro, que alterou o estatuto dos guardas prisionais, informaram estarem equiparados à PSP mas com prejuízo para a Guarda Prisional, por desigualdade de tratamento.

O Senhor SEAP confirmou que o Ministério da Justiça tem sinalizado esta questão por inúmeras vezes ao Ministério das Finanças, que se encontra disponível para a abordar em reunião de trabalho a agendar.

O SNCGP solicitou que se esclarecesse o impacto decorrente da aplicação do Despacho n.º 15248-A/2010, de 7 de Outubro, relativamente à progressão no escalão de quem reuniu o tempo de progressão. O Senhor SEAP esclareceu que, se nos termos da lei estiverem reunidos os pressupostos, designadamente de natureza orçamental e de requisitos estatutários, nada deve impedir tal progressão. O SNCGP destacou de seguida a questão do prémio de desempenho no âmbito do SIADAP, pendente desde 2007, bem como o método de avaliação dos guardas prisionais pelo Director-Geral dos Serviços Prisionais, que não tem qualquer ligação funcional com os avaliados. O Senhor SEAP reiterou a disponibilidade para prestar esclarecimentos sobre a melhor orientação para a aplicação do SIADAP e para promover a aprovação de uma portaria adaptativa do SIADAP à carreira dos guardas prisionais – à semelhança da carreira dos registos e do notariado, como recordou o Senhor SEJMJ.

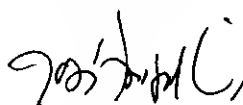
Finalmente, o Senhor SEAP destacou o interesse e a importância de se promover subsequentemente reuniões de trabalho para apreciação das questões que afectam o Corpo da Guarda Prisional, tendo o Senhor SEJMJ louvado tal proposta, dando por finda a reunião pelas 17h35.

Pelo Sindicato Nacional do  
Corpo da Guarda Prisional,  
O Presidente da Direcção,



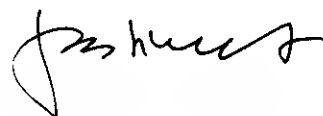
Jorge Alves

Pelo Ministério da Justiça,  
O Secretário de Estado da  
Justiça e da Modernização  
Judiciária,



José Magalhães

Pelo Ministério das Finanças e da  
Administração Pública,  
O Secretário de Estado da  
Administração Pública,



Gonçalo Castilho dos Santos